

PMT/SMG/DL/LOS/055/2021.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADA: EVOLUTA ASSESSORIA LTDA

PROCESSO Nº. 099/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2021

VALOR: R\$54.000,00

“MINUTA DE CONTRATO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA PARA REVISÃO DOS ESTATUTOS E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PLANOS DE CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM GERAL E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - LEI FEDERAL N.º 14.113/2020 (ANTIGO MAGISTÉRIO) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A PESSOA JURÍDICA EVOLUTA ASSESSORIA LTDA, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 - SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **EVOLUTA ASSESSORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º. 07.438.186/0001-04, com sede a Rua São Bento, n.º. 1.271 - Centro, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu representante legal o Senhor **Matheus Bernardo Delbon**, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º. 29.951.736-6 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 213.625.688-21, residente e domiciliada a Rua São Bento, n.º. 1.271 - Centro, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à Pregão Presencial n.º. 052/2021, homologado em 28 de julho de 2021, com fulcro na Lei n.º. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal n.º. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoramento e consultoria para revisão dos estatutos e reestruturação organizacional dos planos de carreiras dos servidores públicos em geral e dos profissionais da educação básica – Lei Federal n.º 14.113/2020 (antigo magistério) da Prefeitura do**

Município de Tarumã, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. O Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços ora descrito na cláusula anterior a importância de **R\$54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais)**.

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. O pagamento será efetuado em 04 (quatro) parcelas, conforme Memorial Descritivo, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de transferência bancária.

2.6. O presente contrato não sofrerá reajustes de preços, durante toda sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

3.1. Este termo de contrato terá **vigência até 31/12/2021**, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. O início da prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será aceita se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 099/2021 – Pregão Presencial nº 052/2021);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-simile e correio eletrônico.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

02.01.00 - 04.122.0001.2000 - 3.3.90.39 - **11** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 798,50**
02.02.00 - 04.123.0001.2105 - 3.3.90.39 - **92** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 5.589,50**
02.03.00 - 04.122.0001.2005 - 3.3.90.39 - **129** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 12.776,00**
02.04.00 - 12.122.0034.2075 - 3.3.90.39 - **202** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 34.335,50**
02.07.00 - 08.122.0001.2035 - 3.3.90.39 - **559** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 4.791,00**
02.08.00 - 10.302.0024.2125 - 3.3.90.39 - **756** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 19.962,50**
02.10.00 - 04.122.0001.2155 - 3.3.90.39 - **810** - Outros Serv. Terc. Pessoa J. - **R\$ 1.597,00**

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela empresa contratada.

6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da prestadora de serviço.

6.1.5. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor pública municipal, Sr.(a). Jessica Cavina Dias Saqueto, portador da Cédula de Identidade RG n.º 41.602.772-6 e inscrito no CPF n.º 347.098.738-60, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

6.2. São obrigações da Contratada:

6.2.1. Prestar o serviço objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com a proposta de preço;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se e tomando as providências necessárias para sanar quaisquer irregularidades relacionadas com a prestação de serviços, desde que identificadas e notificadas pela Secretaria Municipal de Governo.

6.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.2.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.7. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador, neste ato, da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.8. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpolação judicial ou extra-judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de 1% ao mês, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã, 02 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

EVOLUTA ASSESSORIA LTDA
Matheus Bernardo Delbon
RG nº. 29.951.736-6 SSP/SP
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Gleyson Ramos Guimarães Lima
RG nº 32.643.428-8 – SSP/SP

2. _____
Jessica Cavina Dias Saqueto
RG nº 41.602.772-6 SSP/SP

Planilha Adjudicatória - Contrato nº. 055/2021
Processo nº. 099/2021 – Pregão Presencial nº. 052/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoramento e consultoria para revisão dos estatutos e reestruturação organizacional dos planos de carreiras dos servidores públicos em geral e dos profissionais da educação básica – Lei Federal n.º 14.113/2020 (antigo magistério) da Prefeitura do Município de Tarumã.

Lote - 1					
Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	100	%	SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL - Prestação de serviços de assessoramento e consultoria para revisão dos estatutos e reestruturação organizacional dos planos de carreiras dos servidores públicos em geral e dos profissionais da educação básica - Lei Federal n.º 14.113/2020 (antigo magistério) da Prefeitura do Município de Tarumã.	Planilha	R\$54.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE - 1: R\$54.000					

ETAPA	VALOR
Etapa 01 e 02 (pagamento 20%)	R\$10.800,00
Etapa 03 e 04 (pagamento 20%)	R\$10.800,00
Etapa 05 e 06 (pagamento 10%)	R\$5.400,00
Etapa 07 e 08 (pagamento 50%)	R\$27.000,00

MEMORIAL DESCRITIVO

Processo nº. 099/2021 – Pregão Presencial nº. 052/2021.

1– OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoramento e consultoria para revisão dos estatutos e reestruturação organizacional dos planos de carreiras dos servidores públicos em geral e dos profissionais da educação básica – Lei Federal n.º 14.113/2020 (antigo magistério) da prefeitura do Município de Tarumã.

2 – JUSTIFICATIVA

A contratação se faz necessária para atualizar a legislação atual que dispõe sobre o tema de forma a revisar os estatutos e os planos de carreiras dos servidores públicos em geral e dos profissionais da educação básica, possibilitando um sentimento de justiça, já que a medida trará clareza e transparência para administrar a definição das faixas salariais de cada cargo e a revisão da promoção horizontal e vertical, eliminando a interpretação com fatores subjetivos.

O projeto será elaborado a partir de trabalho de construção coletiva que subsidiará o processo de formulação das políticas de recursos humanos que servirão de alicerce para a reestruturação dos Estatutos dos Servidores e dos Planos de Carreiras, a fim de garantir às Secretarias Municipais melhores condições para exercer as competências que lhe são próprias.

3 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 – Ações Preliminares:

- Planejamento das atividades e etapas a serem desenvolvidas;
- Análise da legislação, normativas e estruturas em vigor;
- Visita(s) técnica(s) presenciais ou virtuais para reunião com o(s) servidor(es) designados pelo Executivo para acompanhamento dos trabalhos;
- Levantamento e análise de toda legislação vigente relativa ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal;
- Elaboração de um Diagnóstico Situacional visando espelhar a atual realidade do Município, frente às questões objeto do presente Termo de Referência.
- Constituição de Comissão Coordenadora para acompanhamento, avaliação e apresentação de demandas e estudos para elaboração das peças normativas referente aos Estatutos e aos Planos de Carreira.
- Utilizar para efeito da execução das atividades as informações do estudo prévio de reestruturação de cargos e salários disponível na Prefeitura Municipal de Tarumã.

3.2 - Atualização e Consolidação de Legislação:

- Consultoria em recursos humanos para **revisar os Estatutos dos Servidores Públicos** de modo a identificar e corrigir eventuais distorções/omissões existentes.
- Conhecer as diretrizes estabelecidas para a atualização da legislação vigente:
 - Conhecer o quadro atual de servidores através do levantamento de pessoal, sua lotação real e competências técnicas;
 - Mapear as demandas das diversas unidades em função de suas atribuições e dos processos de trabalho sob sua responsabilidade;
 - Conhecer os processos de trabalho dos departamentos, verificando os que já se encontram mapeados e normatizados;
 - Conhecer o sistema de informação gerencial de gestão de pessoas existente no órgão;

- b.5) Identificar os cenários atuais e futuros em termos de prestação de serviço, mapeando-os por unidades administrativas e identificando programas e projetos destinados à ampliação de oferta de serviços;
- b.6) Projetar a demanda por tipo de serviço prestado e por área geográfica.
- c) Apresentação de MINUTA de Projeto de Lei dos ESTATUTOS contendo as normas específicas, na forma da Lei;
- d) Apoio técnico da Comissão Coordenadora na elaboração dos trabalhos que lhes couberem.

3.3 - Plano de Carreira dos Servidores em Geral e dos Profissionais da Educação Básica:

- a) Levantamento e análise da legislação vigente relativa aos quadros e legislação própria em vigor;
- b) Diagnosticar a Estrutura de Pessoal de cada área, desenvolvendo proposta de Quadro adequado aos objetivos e metas estabelecidas pela Municipalidade, pautado pela busca da melhoria de qualidade, da produtividade e da eficiência;
- c) Elaboração de propostas de criação, modificação, reenquadramento, vacância ou extinção de cargos do quadro em Geral e o da Educação (se houver e que se fizer necessário), bem como do Plano de Evolução Funcional;
- d) Apresentação de proposta quanto à criação, ajustes ou implantação de Benefícios, Gratificações e/ou Adicionais, visando conquistas ao longo da carreira;
- e) Revisão dos dispositivos para Avaliação do Desempenho do Servidor durante o Estágio Probatório e Avaliação Funcional para fins de evolução na carreira;
- f) Revisão de regras para progressão e promoção funcional (vertical e horizontal) dentro do mesmo cargo;
- h) Apresentação de MINUTA de Projeto de Lei dos PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO contendo as normas específicas, na forma da Lei;
- i) Apoio técnico da Comissão Coordenadora na elaboração dos trabalhos que lhes couberem.

3.4 - Assessoria e Consultoria:

A Municipalidade espera da Contratada todo suporte e assessoramento necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos a que lhe compete, e ainda:

- a) Assessoria na implantação das alterações e eventuais readaptações técnico/administrativo;
- b) Consultoria administrativa e de pessoal durante o período de duração do contrato;
- c) Avaliação e definição em conjunto com a Municipalidade do estudo de Impacto Econômico e Financeiro no novo plano de carreira: Impacto orçamentário e financeiro individualizado (servidor a servidor) para os próximos 10 (dez) anos, em análise comparativa com a situação atual com simulação diversificadas das possíveis evolução nas carreiras, comparando-se com as projeções da Receita Corrente Líquida x Gasto com Pessoal, Receita do FUNDEB x Profissionais da Educação, entre outros.

– ETAPAS

1ª ETAPA – PLANEJAMENTO, ANÁLISE DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICAS:

Abrange todo e qualquer trabalho analítico que envolve o presente objeto e suas implicações junto à administração pública, para criação do plano de ação que será implantado, mediante reuniões com a Comissão Coordenadora e/ou Servidores designados:

- k) Levantamentos preliminares e discussão das políticas de recursos humanos que nortearão o trabalho. Essa etapa terá como objetivo recolher dados que permitam aos técnicos da CONTRATADA identificar a situação jurídica e funcional atual, bem como as distorções funcionais que necessitem ser corrigidas.

Discussão das propostas e recomendações junto a equipe da contratada e contratante. A contratante ou Comissão designada deverá acompanhar e participar do desenvolvimento das atividades, das análises e das soluções propostas. Além disso, deve atuar como facilitador do projeto, multiplicador dos conhecimentos e práticas adquiridas ao longo do trabalho.

l) Estudo analítico da legislação municipal pertinente aos assuntos tratados, e demais documentos, normas e rotinas interligados ao assunto.

Os levantamentos de dados e informações serão efetuados através de entrevistas e análise de documentos contábeis, de gestão de pessoal e da legislação municipal existente.

2ª ETAPA - ESTUDO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS:

Nesta etapa, através das informações colhidas da entrevista com os secretários e da análise dos documentos e das legislações municipais, serão identificados:

b) situação funcional atual dos servidores;

c) direitos adquiridos pelos servidores que deverão ser respeitados;

d) critérios para avaliação e valorização de novas titulações do pessoal permanente do Quadro.

e) Apresentação do diagnóstico com base nas informações relativas aos estudos realizados e situações encontradas, com estabelecimento de estratégias que transmita de forma transparente e simplificada os propósitos das ações a serem tomadas, frente à necessidade de atendimento das Normas Legais e Constitucionais.

3ª ETAPA – ELABORAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM GERAL:

Nesta etapa será elaborada a versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tarumã e Plano de Carreira, inclusive com a realização de todos os estudos necessários previstos na legislação nacional para a análise e possível aprovação dos anteprojeto, de acordo com o que ficar estabelecido nas etapas anteriores.

4ª ETAPA – ELABORAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Nesta etapa será elaborada a versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tarumã e Plano de Carreira, inclusive com a realização de todos os estudos necessários previstos na legislação nacional para a análise e possível aprovação dos anteprojeto, de acordo com o que ficar estabelecido nas etapas anteriores.

5ª ETAPA – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM GERAL:

Nessa etapa será apresentada e discutida com o Executivo a versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Estatuto e do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.

6ª ETAPA – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Nessa etapa será apresentada e discutida com o Executivo a versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Estatuto e do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica.

7ª ETAPA – ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM GERAL:

Nessa etapa será elaborada a versão final do Anteprojeto de Lei, ocasião em que serão realizados os ajustes discutidos com as autoridades locais nas etapas anteriores. Uma vez finalizado, o documento será entregue ao Secretário responsável pelo Projeto para que este o encaminhe, dando-se por concluído os serviços.

8ª ETAPA – ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO ESTATUTO E DO PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

Nessa etapa será elaborada a versão final do Anteprojeto de Lei, ocasião em que serão realizados os ajustes discutidos com as autoridades locais nas etapas anteriores. Uma vez finalizado, o documento será entregue ao Secretário responsável pelo Projeto para que este o

encaminhe, dando-se por concluído os serviços. As etapas devem conformar um conjunto coeso de normas e procedimentos que conduzam a uma política coerente de gestão.

5 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTOS

Os serviços deverão ser concluídos em 120 dias. A empresa vencedora deverá cumprir, rigorosamente, os prazos fixados neste termo e os demais prazos ajustados de comum acordo entre as partes, para desenvolvimento dos trabalhos.

Os pagamentos dos serviços de revisão e atualização serão da seguinte forma, de acordo com a conclusão de cada etapa:

Etapas 01 e 02 (pagamento 20%): Execução com duração de: 45 (quarenta e cinco) dias.

Etapas 03 e 04 (pagamento 20%): Execução com duração de: 45 (quarenta e cinco) dias.

Etapas 05 e 06 (pagamento 10%): Execução com duração de: 10 (dez) dias.

Etapas 07 e 08 (pagamento 50%): Execução com duração de: 20 (vinte) dias.

Quaisquer alterações na programação deverão ser comunicadas tanto pela equipe de trabalho da Contratada, quanto pela da Prefeitura, e serão documentadas por meio de correspondência oficial à outra parte, para análise e validação, para que, a partir de então, tais alterações sejam devidamente formalizadas.

A remuneração dos serviços efetivamente prestados dar-se-á de acordo com o desenvolvimento e entrega das etapas estabelecidas neste termo, conforme preço estabelecido na proposta da empresa vencedora.

O preço será fixo e irrevogável.

6 – EQUIPE TÉCNICA:

Para a prestação dos serviços, a Contratada deverá possuir equipe técnica consistente em:

- 2 (dois) advogados com notório conhecimento na área do direito administrativo, constitucional e trabalhista, devidamente inscrito na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil);
- 1 (um) contador para análise documental dos procedimentos, notório conhecimento na área do direito financeiro, contabilidade pública e trabalhista, devidamente inscrito no CRC (Conselho Regional de Contabilidade);
- 1 (um) economista para análise documental dos procedimentos, notório conhecimento na área do direito financeiro, contabilidade pública e trabalhista, devidamente inscrito no CORECON (Conselho Regional de Economia);
- 1 (um) administrador de empresas, com notório conhecimento em administração pública, folha de pagamento, rotinas de Departamento Pessoal e jornada de trabalho, devidamente inscritos no CRA (Conselho Regional de Administração);

7 – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - DA CONTRATADA

A contratada além das demais obrigações contratuais se compromete a:

- Realizar os projetos (Estatutos dos Servidores Públicos Municipais e Planos de Carreiras e Sistema de Avaliação de Desempenho), segundo os prazos e as metodologias previstas;
- Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE, sobre seus funcionários;
- Cobrir os custos dos trabalhos de sua equipe técnico-administrativa necessários à realização das tarefas, inclusive quanto aos salários e encargos sociais;
- Arcar com as despesas de hospedagem, transporte e alimentação de seus técnicos;
- b) Manter absoluto sigilo sobre as informações obtidas ou colocadas à disposição;
- c) Apresentar organização técnica e administrativa que comprovem sua condição de habilitada a cumprir com eficiência os trabalhos apresentados;

- d) Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal;
- e) Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição, salvo se decorrentes de informação errônea da CONTRATANTE;
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, bem como pelos impostos e taxas devidos aos órgãos federal, estadual e municipal, bem como demais despesas decorrentes da proposta a ser apresentada;
- g) Apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público demonstrando ter executado serviços semelhantes ao objeto deste termo que demonstre sua capacitação Profissional na elaboração de serviços semelhantes e compatíveis com o presente projeto, objetivando demonstrar sua qualificação técnica para o trabalho.

7.2 - DA CONTRATANTE

Para a perfeita consecução dos objetivos a CONTRATANTE se responsabilizará:

- a) Pela disponibilização das informações necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Pela disponibilização de local para a execução dos trabalhos em sua sede, ou outros espaços a serem indicados;
- c) Pela COORDENAÇÃO interna através da Comissão Coordenadora - visando o Acompanhamento, Suporte e Fiscalização; e ainda pela Aprovação dos Trabalhos realizados, atestando sua conclusão;
- d) Por atuar de forma a auxiliar e participar do planejamento estratégico a ser adotado para cumprimento dos prazos e melhor alcance dos objetivos propostos;
- e) Pela efetivação do pagamento da contratada pelos valores contratados e nos prazos estipulados;

8 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE:

Todas as informações colhidas e produzidas serão tratadas com total fidelidade a administração garantindo o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pela Prefeitura do Município, evendo a contratada cumprir com as seguintes obrigações:

- Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação;
 - Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pela Prefeitura do Município de Tarumã, nem facilitar qualquer maneira tal divulgação;
- Os compromissos acima não abrangem informações que:
1. Eram de conhecimento da contratada anteriormente, não estando sujeitas à obrigação de serem mantidas em sigilo;
 2. Sejam reveladas a terceiros pela parte que as forneceu à Contratada, isenta de restrições;
 3. Estejam ou se tornem publicamente disponíveis por meio diverso salvo a revelação não autorizada pela instituição;
 4. Tenham sido exigidas por ordem judicial ou administrativa.

Os resultados dos estudos relativos à presente proposta, desenvolvidos sob responsabilidade direta dos profissionais da Contratada, serão de propriedade da Prefeitura do Município de Tarumã e formulados, apresentados e divulgados exteriormente estritamente em seu nome.

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: EVOLUTA ASSESSORIA LTDA

CONTRATO N.º: 055/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA PARA REVISÃO DOS ESTATUTOS E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DOS PLANOS DE CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM GERAL E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – LEI FEDERAL N.º 14.113/2020 (ANTIGO MAGISTÉRIO) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 02 de agosto de 2021.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Patricia Quintino Dutra

Cargo: Coordenadora de Programas

RG n.º 40.011.036-2 SSP/SP, CPF n.º 349.087.088-35

Data de Nascimento: 12/07/1986

Endereço: Rua Pequi, nº 1331, Jardim das Árvores, Tarumã, São Paulo.

E-mail institucional: patricia.dutra@taruma.sp.gov.br

E-mail pessoal: patricia.dutra@taruma.sp.gov.br

Telefone: (18)3373-4505

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Oscar Gozzi

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 403.647.128-72 RG: 4.758.458-0

Data de Nascimento: 06/10/1950

Endereço: Rua das Acácias, n.º 125 - Tarumã/SP

E-mail institucional: gabinete@taruma.sp.gov.br

E-mail pessoal: novotempo2027@gmail.com

Telefone: (18) 3373-4500

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Matheus Bernardo Delbon

Cargo: Sócio Proprietário

CPF nº 213.625.688-21, RG nº. 29.951.736-6 SSP/SP

Data de Nascimento: 05/10/1979

Endereço: Rua São Bento, nº. 1.271 - Centro, Araraquara/SP.

E-mail institucional: licitacoes@evoluta.adm.br

E-mail pessoal: matheus@evoluta.adm.br

Telefone: (16)3331-5868

Assinatura: _____